

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 254TM-119-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512.4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.
Rosário - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/F-2



Octavio Zampirolo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.262	3.926
Contas a receber	5	4.836	3.356
Impostos a recuperar	6	805	1.944
Estoques	-	1.047	1.010
Outros ativos	-	645	40
Total do ativo circulante		9.595	10.276
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	43.880	38.463
Total do ativo não circulante		43.880	38.463
Total do ativo		53.475	48.739

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	8	4.585	1.011
Empréstimos e financiamentos	10	4.924	4.344
Obrigações tributárias	11	330	488
Obrigações trabalhistas	12	1.467	884
Outros passivos	-	119	91
Total do passivo circulante		11.425	6.818
Passivo não circulante			
Fornecedores - Partes relacionadas	9	82	1.405
Empréstimos e financiamentos	10	10.364	5.782
Provisão para demandas judiciais	13	6	6
Provisão para desmobilização de aterros	14	1.413	1.291
Total do passivo não circulante		11.865	8.484
Patrimônio líquido	15		
Capital social		21.079	21.079
Reserva de capital		2.418	2.418
Reserva de lucros		6.688	9.940
Total do patrimônio líquido		30.185	33.437
Total do passivo e patrimônio líquido		53.475	48.739

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Em milhares de reais, exceto o lucro por ação]

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	42.672	35.572
Custos operacionais	17	(4.215)	(26.834)
Lucro bruto		1.457	8.738
Despesas administrativas	18	(4.044)	(1.361)
Outros resultados operacionais	-	16	295
Lucro (prejuízo) operacional		(2.571)	7.672
Receitas financeiras	-	415	484
Despesas financeiras	-	(1.096)	(1.189)
Resultado financeiro	19	(681)	(705)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.252)	6.967
Imposto de renda	20	-	(46)
Contribuição social	20	-	(445)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.252)	6.476

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.252)	6.476
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(3.252)	6.476

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		20.166	-	515	5.715	6.230	-	26.396
Constituição de reserva de incentivos fiscais conf. AGO de 05 de outubro de 2023	15.b	-	1.281	-	(716)	(716)	-	565
Aumento do capital social conf. AGE de 28 de novembro de 2023	15.a	913	-	-	-	-	-	913
Distribuição de dividendos conf. AGE de 1º de dezembro de 2023	15.d	-	-	-	(913)	(913)	-	(913)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.476	6.476
Constituição de reserva legal	15.c	-	-	324	-	324	(324)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	15.b	-	1.137	-	-	-	(1.137)	-
Retenção de lucros	15.e	-	-	-	5.015	5.015	(5.015)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		21.079	2.418	839	9.101	9.940	-	33.437
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(3.252)	(3.252)
Absorção de prejuízo do exercício	15.e	-	-	-	(3.252)	(3.252)	3.252	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		21.079	2.418	839	5.849	6.688	-	30.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.252)	6.967
Ajustes por:			
Depreciações	7.b	3.776	4.991
Valor residual do imobilizado baixado	7.b	1.838	110
Provisão para demandas judiciais	-	-	6
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	10.b	875	955
Lucro ajustado		3.237	13.029
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	-	(1.480)	(2.587)
Impostos a recuperar	-	1.139	(474)
Estoques	-	(37)	14
Outros ativos	-	(605)	(5)
Fornecedores	-	2.251	(3.585)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10.b	(875)	(955)
Obrigações tributárias	-	(158)	(361)
Obrigações trabalhistas	-	583	67
Outros passivos	-	28	23
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.083	5.166
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(10.909)	(2.408)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(10.909)	(2.408)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	913
Pagamento de dividendos	-	-	(913)
Captações de empréstimos e financiamentos	10.b	8.816	1.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	10.b	(3.654)	(4.166)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades do financiamento		5.162	(3.166)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.664)	(408)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.926	4.334
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.262	3.926
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.664)	(408)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, subsidiária da Vital Engenharia Ambiental S.A., constituída em 02 de fevereiro de 2011, com sede na Fazenda Arapixi s/no – Zona Industrial – bairro Buenos Aires – Município de Rosário – MA e tem como objeto social o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, transportes, transbordos, tratamento, destinação final de resíduos, ambientalmente adequada e destinação final de rejeitos ambientalmente adequada.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.830 e prejuízo do exercício de R\$ 3.252. A Vital Engenharia Ambiental (controladora da Companhia) não possui intenção de paralisar suas atividades, e por isso, se compromete na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário, por meios de aportes que garantam o fluxo de caixa da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1) exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das informações contábeis intermediárias são apresentadas no item 2.e.

Em 30 de abril de 2025, a Diretoria aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.14.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

d) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: **(i)** o custo de materiais e mão de obra direta; **(ii)** quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; e **(iii)** os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Provisão para desmobilização de ativos

Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados.

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a lei NBR no 13.896/1997. Portanto, a Companhia registra como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.

A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **(i)** o montante a ser descontado; **(ii)** as datas de liquidação; e **(iii)** a taxa de desconto. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.11. Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.12. Receitas

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

3.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantidas reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Empresa adota como política do reconhecimento inicial, apenas quando:

- a) Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação; e
- c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024, não se configura a existência de riscos contingenciais que se caracterizam por riscos de perdas prováveis ou possíveis.

3.15. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O *International Accounting Standards Boards* (IASB) está realizando uma revisão ampla do *IFRS for SMEs Standards*, equivalente ao Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (R1).

O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para sua edição.

A revisão das normas precisa ser aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	324	288
Aplicações de liquidez imediata (i)	1.938	3.638
Caixa e equivalentes de caixa líquido	2.262	3.926

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos vincendos	783	2.739
Saldos vencidos até 180 dias	3.870	490
Saldos vencidos a mais de 180 dias	183	127
Total	4.836	3.356

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Impostos a compensar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e Cofins	34	11
IRPJ sobre incentivo fiscal Sudene (i)	366	1.599
IRPJ e CSLL (ii)	405	334
Total	805	1.944

(i) Valor referente a incentivo fiscal que consiste na redução de 75% do IRPJ calculados com base no lucro da exploração, conforme art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001; e

(ii) Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar foram originados principalmente por pagamentos de estimativas do exercício corrente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado**a) Composição**

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	8.956	-	8.956	8.956
Instalações	20	35.508	(8.428)	27.080	14.738
Equipamentos de campo	5	4.211	(3.998)	213	698
Veículos	5	1.291	(1.291)	-	215
Central de Tratamento de Resíduos	10	14.486	(14.486)	-	362
ETE - Estação de Trat. de Efluentes	10	2.509	(1.755)	754	1.004
Aterros - Prov. para desmobilização	3,85	1.413	(213)	1.200	1.145
Adiantamentos para importação de ativos	-	-	-	-	1.838
Imobilizações em andamento	-	5.474	-	5.474	9.338
Outras imobilizações	10	441	(238)	203	169
Total		74.289	(30.409)	43.880	38.463

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Terrenos	Instalações	Equip. de Campo	Veículos	Central de Trat. de Resíduos	ETE - Estação de Trat. de Efluentes	Aterros Prov. p/ desmobilização (i)	Adiantamentos para importação de ativos (ii)	Imobilizações em andamento (iii)	Outros	Total
Saldo líquido em 31/12/2022	8.956	16.925	1.337	473	1.811	1.255	641	-	9.062	132	40.592
Adições	-	5	115	-	-	-	-	1.838	384	66	2.408
Baixas	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(108)	-	(110)
Provisão para desmobilização de aterros (i)	-	-	-	-	-	-	564	-	-	-	564
(-) Depreciação	-	(2.192)	(753)	(258)	(1.448)	(250)	(60)	-	-	(30)	(4.991)
Saldo líquido em 31/12/2023	8.956	14.738	697	215	363	1.005	1.145	1.838	9.338	168	38.463
Adições	-	-	43	-	-	-	-	-	10.794	72	10.909
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(1.838)	-	-	(1.838)
Provisão para desmobilização de aterros (i)	-	-	-	-	-	-	122	-	-	-	122
Transferência	-	14.658	-	-	-	-	-	-	(14.658)	-	-
(-) Depreciação	-	(2.316)	(527)	(215)	(363)	(251)	(67)	-	-	(37)	(3.776)
Saldo líquido em 31/12/2024	8.956	27.080	213	-	-	754	1.200	-	5.474	203	43.880

(i) Provisão para desmobilização de aterros - No exercício de 2024 a Companhia provisionou em seu ativo R\$ 1.200 referentes a custos de desmobilização de aterros;

(ii) Adiantamentos realizados para importação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); e

(iii) Ampliação em curso da nova célula do aterro sanitário.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais (i)	4.585	1.011	82	1.405
Total	4.585	1.011	82	1.405

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.

9. Fornecedores - Partes relacionadas

Passivo não circulante	% de participação	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores			
VITAL Engenharia Ambiental S/A	50,00%	28	121
URCD Ambiental (LIMPEL)	50,00%	17	574
ARENDAL Locadora Ltda.	-	37	710
Total no passivo não circulante		82	1.405

Custos operacionais	% de participação	31/12/2024	31/12/2023
Locação de equipamentos			
VITAL Engenharia Ambiental S/A	50,00%	205	113
URCD Ambiental (LIMPEL)	50,00%	872	838
ARENDAL Locadora Ltda.	-	571	742
Total no resultado		1.648	1.693

As operações com partes relacionadas não sofrem incidência de juros ou qualquer taxa de remuneração.

10. Empréstimos e financiamentos**a) Composição**

Agente Financeiro	Modalidade	Taxa	Circulante		Não circulante	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Nordeste S.A.	CDC	1,52% a.a. + IPCA	-	526	-	-
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	1,55% a.a. + IPCA	1.937	2.156	4.613	5.782
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	CDI + 0,35 a.m.	861	-	-	-
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	TFCpós	905	-	3.920	-
BNDES	Financiamento	2,18% a.a. + TJLP	-	1.662	-	-
Banco Daycoval S.A.	CCB	5,54% a.a. + IPCA	1.221	-	1.831	-
Total			4.924	4.344	10.364	5.782

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.292
Captação	1.000
Juros	955
Pagamento de principal	(4.166)
Pagamento de juros	(955)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.126
Captação	8.816
Juros	875
Pagamento de principal	(3.654)
Pagamento de juros	(875)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.288

11. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
PIS sobre faturamento	15	38
Cofins sobre faturamento	71	176
ISS sobre faturamento	174	169
Obrigações fiscais sobre lucro	5	50
Impostos retidos de terceiros	64	53
Impostos sobre receita financeira	1	2
Total	330	488

12. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	421	210
Provisão de férias e encargos	779	141
Encargos sociais a recolher	267	533
Total	1.467	884

13. Provisões para demandas judiciais

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	6	6
Total	6	6

A Companhia está envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos.

A Administração da Companhia com base na avaliação de seus consultores jurídicos não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2024 e 2023, os quais deveriam ser divulgados nas demonstrações contábeis, envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis.

14. Provisões para desmobilização de aterros

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Companhia registra como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.

A provisão para desmobilização foi constituída com base em uma avaliação realizada por engenheiros e na experiência anterior deles. O desembolso está previsto para ocorrer a partir do ano de 2033.

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída totalizava R\$ 1.413 (R\$ 1.291 em 2023).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 21.079 representado por 21.079.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de novembro de 2023 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando aumento do Capital Social no valor de R\$ 913 através da emissão de 913.000 (novecentos e doze mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscrito pelas acionistas.

b) Reserva de capital

A Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais que consiste em valor equivalente a redução de 75% do IRPJ calculados com base no lucro da exploração, conforme art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001.

c) Reserva legal

O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório 3% (três por cento) do resultado do exercício, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	(3.252)	6.476
(-) Reserva legal (5%)	-	(324)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	(1.137)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	(3.252)	5.015
Dividendos mínimos obrigatórios	-	150
Dividendos adicionais pagos	-	763
Total de dividendos pagos	-	913

e) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços	48.397	39.484
Receita de locação	1.299	1.933
Total de receita bruta	49.696	41.417
(-) ISS	(2.420)	(1.976)
(-) PIS	(821)	(690)
(-) Cofins	(3.783)	(3.179)
Total de impostos sobre faturamento	(7.024)	(5.845)
Receita operacional líquida	42.672	35.572

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Insumos (i)	(17.672)	(11.014)
Pessoal (ii)	(10.608)	(6.416)
Locação	(4.649)	(1.955)
Serviços de terceiros	(3.026)	(1.542)
Depreciação	(3.366)	(4.475)
Outros	(1.894)	(1.432)
Total	(41.215)	(26.834)

(i) Variação decorrente do aumento no consumo de insumos, principalmente combustíveis, brita e materiais da estação de tratamento de efluentes.

(ii) Variação decorrente do aumento do custo de mão-de-obra e de indenizações trabalhistas por acidentes de trabalho.

18. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Comerciais	(11)	(57)
Informática	(127)	(128)
Administração Central	(967)	(547)
Impostos e taxas	(1.802)	(119)
Viagens	(711)	(153)
Indedutíveis	(31)	(33)
Conservação e limpeza	(395)	(324)
Total	(4.044)	(1.361)

19. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras	282	314
Juros	42	18
Variação monetária	111	175
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(20)	(23)
Total	415	484
Despesas financeiras		
Bancária	(152)	(216)
Juros	(8)	-
Encargos sobre financiamentos	(875)	(955)
Outras	(61)	(18)
Total	(1.096)	(1.189)
Resultado financeiro líquido	(681)	(705)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas de IRPJ e CSLL

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.252)	6.967
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	-	(2.369)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições	-	(34)
Compensação de base negativa	-	721
Redução de 75% de IRPJ sobre o lucro da exploração	-	1.167
Outros	-	24
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	(491)
Despesa de contribuição social	-	(445)
Despesa de imposto de renda	-	(46)
Total	-	(491)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-	7,05%

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R\$ 9.326 (R\$ 6.171 em 2023). Não foram constituídos ativos fiscais diferidos relacionados a esses valores, em função da avaliação da Administração da Companhia quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

21. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Riscos de liquidez

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

iii) Risco de crédito

A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

22. Seguros

Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Riscos	Datas de vigência	31/12/2024	
		Importâncias seguradas	Prêmios líquidos
Empresarial	De 16/04/2024 a 16/04/2025	554	1
Responsabilidade civil	De 17/04/2024 a 17/04/2025	1.000	7

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

23. Compliance

Em cumprimento às normas e regulamentações vigentes, a Companhia adotou medidas para garantir conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis.

A Companhia está comprometida com a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Recentemente, coordenamos comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis a Companhia atuou fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como:

- políticas e procedimentos internos;
- treinamento e conscientização;
- monitoramento e auditoria;
- gestão de riscos;
- conformidade com regulamentações específicas;
- relatórios e documentação;
- divulgação dos canais de denúncia e ética.

Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro da organização e engajamento dos nossos parceiros de negócios.

* * *